



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº,

DE 2023

Solicita ao Sr. Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, informações a respeito da feira do MST, paga com dinheiro público, que fez teatro para prender “bolsonaristas”.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos artigos 115, I e 116, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito à Vossa Excelência que seja encaminhado ao Ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvio Luiz de Almeida, pedido de informações sobre a feira nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ocorreu no dia 13 de maio de 2023.

A feira do MST, que aconteceu no Parque da Água Branca, em São Paulo, teve uma “apresentação teatral interativa”, com a simulação de uma cela da Papuda com pessoas vestidas de verde e amarelo, em referência aos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com informações divulgadas pelo site da revista Veja¹, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão do governo federal vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, repassou R\$ 1,27 milhão para a realização da feira.

Na qualidade de Deputado Federal, cujo papel é fiscalizar os atos do Poder Executivo – conforme previsão do art. 49 da Constituição da República, solicito as informações abaixo discriminadas com o intuito de agregar insumos que permitam uma melhor compreensão dos fatos narrados.

- 1- A representação teatral interativa na feira do MST, que simulou uma cela da Papuda com pessoas vestidas de verde e amarelo, em referência aos apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro, é uma nítida incitação ao ódio político. Nesse sentido, como o Ministério de Direitos Humanos avalia essa representação teatral subsidiada com verbas públicas advindas do Governo Federal?
- 2- O repasse de R\$ 1,27 milhão do Incra para a realização da feira do MST levanta questões sobre o uso adequado dos recursos públicos. Como o Ministério de Direitos

¹ <https://veja.abril.com.br/politica/incra-liberou-127-milhao-de-reais-para-feira-do-mst-em-sao-paulo>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Humanos monitora o uso dos recursos destinados a organizações da sociedade civil?

- 3- O repasse de recursos públicos para a feira do MST, que incluiu a representação teatral polêmica, passou por algum processo de avaliação prévia ou foi realizado de forma automática? Existe algum mecanismo de análise e aprovação de projetos antes da liberação de recursos?
- 4- O Ministério de Direitos Humanos considera a execução desse teatro interativo uma violação aos princípios de respeito e tolerância política? Como o Ministério avalia a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na decisão de repassar recursos para uma feira que incluiu essa representação teatral?
- 5- Acredita-se que a simulação de prisão durante a feira pode contribuir para um clima de polarização e intolerância política na sociedade?
- 6- Seria ético e respeitoso realizar uma simulação de prisão de pessoas com diferentes posições políticas em um evento público? Por quê?

JUSTIFICAÇÃO

A IV Feira Nacional da Reforma Agrária, organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Parque da Água Branca, em São Paulo, recebeu um financiamento de 1,27 milhão de reais do Incra. O órgão do governo federal, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, repassou esse valor para cobrir os custos de serviços de organização de eventos.

De acordo com as informações publicadas pelo portal Revista Oeste, "o pagamento ao MST se deu por meio da superintendência do Incra em São Paulo. Desde 10 de março, a superintendente do instituto no Estado é a advogada Sabrina Diniz, que tem ligação com o movimento invasor de terras. Em 1º de janeiro, ela foi a Brasília para acompanhar a posse de Lula — e postou foto em que aparece ao lado de um garoto com o boné do MST".

Diante do exposto, este requerimento busca entender o motivo do repasse de recursos públicos para uma atividade que incitou ódio político e quais são as medidas adotadas para evitar a repetição desse tipo de situação, garantindo o respeito aos princípios de respeito e tolerância aos indivíduos, bem como a responsabilidade no uso do dinheiro público.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2023.

Deputado **NIKOLAS FERREIRA**
PL/MG





Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Nikolas Ferreira
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD239190189100>

